CURSO PREPARATÓRIO SINTET-UFU PARA O CONCURSO EBSERH

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SUS
Módulo Comum

Aula I

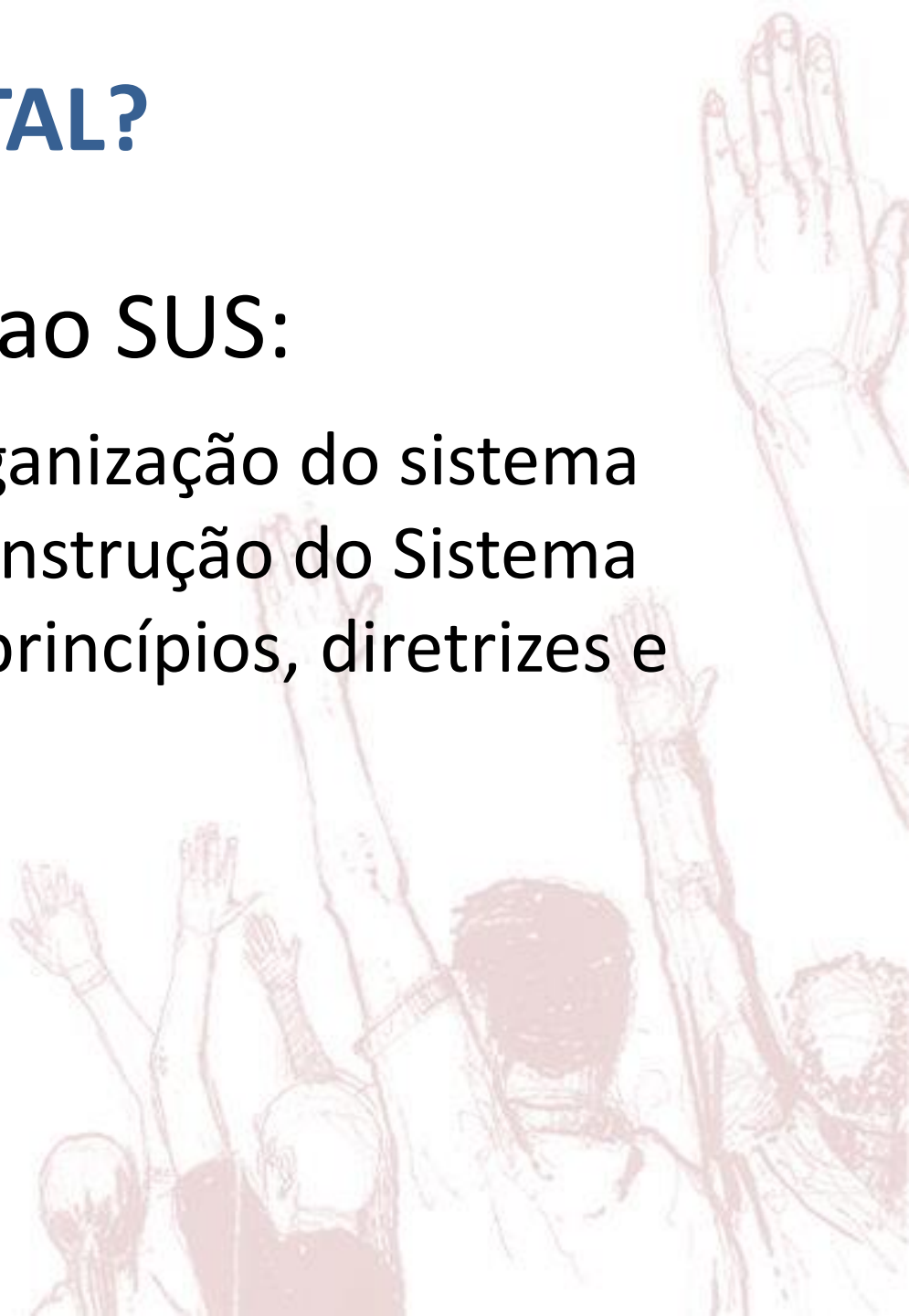
Enfº Sebastião Elias da Silveira
HC/Universidade Federal de Uberlândia.

Uberlândia, 18 de Dezembro de 2019

O QUE PEDE O EDITAL?

Legislação aplicada ao SUS:

Evolução histórica da organização do sistema de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde (SUS) – princípios, diretrizes e arcabouço legal.



- Controle social no SUS.
- Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde.
- Constituição Federal de 1988, artigos de 194 a 200.
- Lei Orgânica da Saúde - Lei nº 8.080/1990,

- Lei nº 8.142/1990
- Decreto Presidencial nº 7.508, de 28 de junho de 2011.
- Determinantes sociais da saúde.
- Sistemas de informação em saúde.

Programação do Módulo

HORÁRIO	06/01	07/01	08/01	09/01	10/01
14:00 as 15:20	Língua Portuguesa (Professor)	Legislação SUS (Professor)	Legislação EBSERH (Professor)	Legislação SUS (Professor)	Língua Portuguesa (Professor)
15:20 as 15:40	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo
15:40 as 17:00	Legislação de EBSERH (Professor)	Raciocínio Lógico (Professor)	Língua Portuguesa (Professor)	Raciocínio Lógico (Professor)	Legislação EBSERH (Professor)

Saúde Pública no Brasil

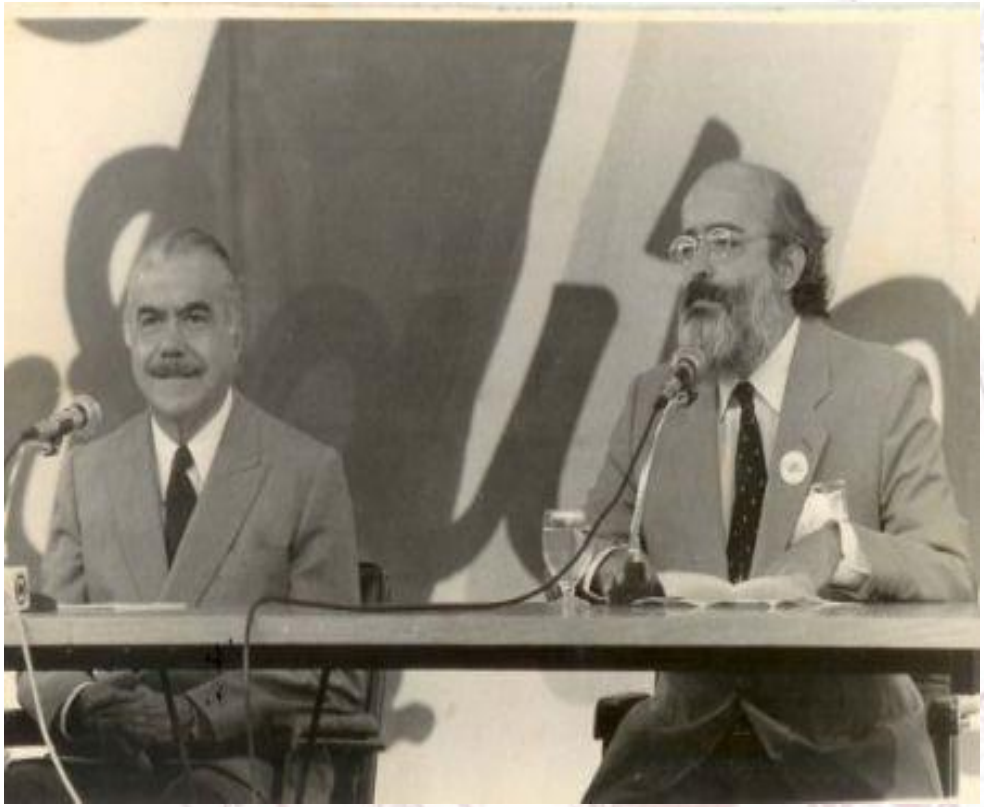
Movimentos, Modelos e Exclusão





Movimento Sanitário e 8ª Conferência Nacional de Saúde

A 8ª CNS foi o grande marco
nas histórias das conferências de saúde no Brasil.
Foi a primeira vez que a população participou
das discussões da conferência.
Suas propostas foram contempladas
tanto no texto da Constituição Federal/1988
como nas leis orgânicas da saúde, nº. 8.080/90 e nº. 8.142/90.



Sérgio Arouca com o presidente José Sarney na abertura da VIII Conferência Nacional de Saúde

Constituição 1988

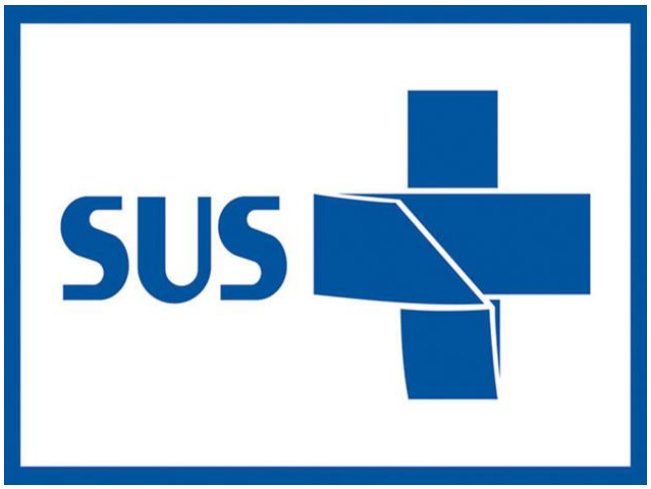
Ruptura com a exclusão



SUS
Sistema Único de Saúde

SUS: Princípios Inclusivos

- Universalização
- Integralidade
- Equidade
- Regionalização e Hierarquização
- Descentralização e Comando Único
- Participação Popular.

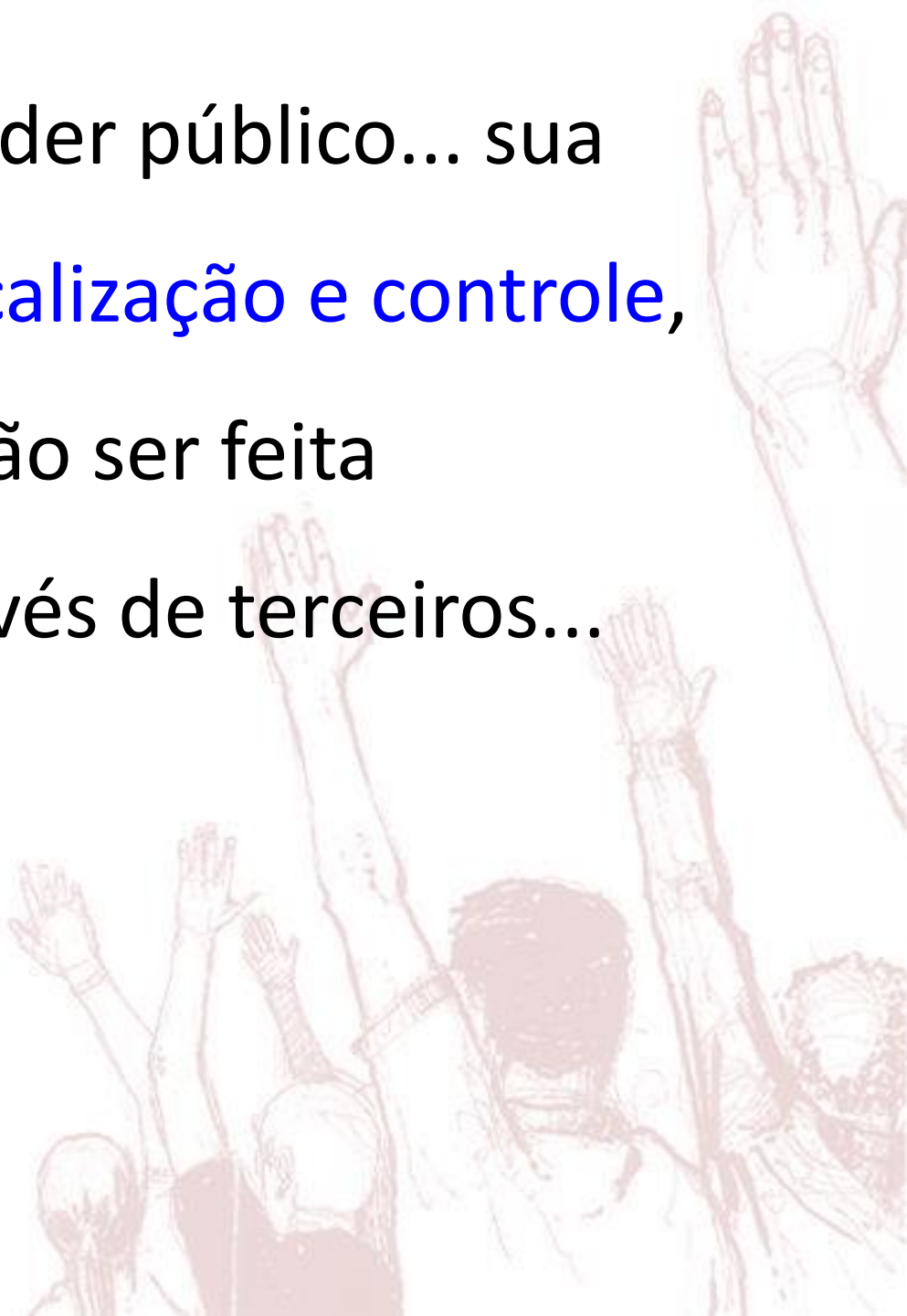


Art. 196 A saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;



(Charge de Miguel Paiva, *O Estado de S. Paulo,* 5/10/88 — ed. histórica, p. 3)

Art. 197. ...Cabe ao poder público... sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros...





Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único .. . organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
III - participação da comunidade.

Art. 199. A assistência à saúde é livre à **iniciativa privada**

Art. 200. Ao SUS compete ações de controle, fiscalização, vigilância e ...; **execução** das **ações, vigilância** e formação de recursos humanos na área de saúde.



ALGUNS EXERCÍCIOS



Questão CESP - EBSERH

Segundo a lei 8080/90, estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde-SUS, EXCETO:

a) A formulação e execução da política de sangue e seus derivados

b) A capacitação dos agentes comunitários de saúde, para atuação na Estratégia de Saúde da Família

c) A vigilância nutricional e orientação alimentar

d) Ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica

e) A fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebidas, para consumo humano

Ibfc-EBSERH 2016

A universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência é um dos princípios do SUS. O decreto presidencial 7508 de 2011 expressa que: o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e serviços de saúde se inicia:

a) Necessariamente pela Atenção Primária, pelas Unidades de Saúde da Família
b) Necessariamente pela Atenção Primária, pelas Unidades de Saúde da Família ou Unidades Básicas de Saúde
c) Pela Atenção Primária ou pelas Unidades de Urgência ou Emergência apenas
d) Pelas Portas de Entrada do Sistemas, nelas incluídos os serviços de Atenção psicossocial
e) Pela Atenção Primária apenas, ou excepcionalmente pelos serviços especiais de acesso aberto

IBFC-EBSERH 2016

Segundo a resolução 453 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, nos Municípios onde não existam entidades, instituições e movimentos organizados em número suficiente para compor o Conselho, a representação será:

a) Definida pela Secretaria Municipal de Saúde
b) Definida pelo Poder Legislativo
c) Definida em eleição realizada em plenária no Município, promovida de maneira ampla e democrática
d) Definida por ato do chefe do Executivo Municipal, em caráter temporário, no qual constam os prazos para que a representação seja substituída para aquela, prevista na Resolução 453 de 2012
e) Definida pela Conferência Municipal de Saúde

VUNESP 2018

Em 1988, a Constituição Federal instituiu no Brasil o Sistema Único de Saúde, garantindo a assistência às pessoas, independentemente da contribuição com a Previdência, como era exigido anteriormente. Esse princípio doutrinário do SUS é o da

(A) Universalidade.

(B) Integralidade.

(C) Igualdade.

(D) Equidade.

(E) Participação popular.

VUNESP 2018

A criação e a atuação do conselho de saúde exemplificam a aplicação do princípio organizativo do SUS de

(A) Universalidade.

(B) Participação da comunidade.

(C) Equidade.

(D) Integralidade.

(E) Humanização.